

O Propósito e Função do Governo Civil

Gary DeMar

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Como vimos nas lições anteriores,² existem diferentes formas e funções de governos realizando tarefas governamentais específicas, desde o indivíduo ao Estado. Visto que essa lição concerne ao governo civil, é nossa tarefa estabelecer suas obrigações e limites de autoridade. Ao chegarmos aqui, já deveria estar evidente que a criatura não tem nenhuma autoridade e poder para ditar ou estabelecer os requerimentos do governo civil. Essa responsabilidade pertence Àquele que estabeleceu a esfera do governo civil; portanto, sua autoridade não deveria ser estendida além dos requerimentos estabelecidos por Deus. Isso significa que o Estado não pode operar nas áreas da família, escola ou Igreja, se a Bíblia não faz nenhuma provisão para o poder e autoridade do governo civil nessas áreas.

Por causa da falta de entendimento e ensino correto, muitas pessoas não estão cientes do propósito e função da autoridade do governo civil. Muitos assumem que o governo nacional tem autoridade absoluta, pois reivindica a autoridade para si. A reivindicação de autoridade não valida a reivindicação. Nenhum governo é autônomo, uma lei para si mesmo. Isso é tão verdadeiro para o Estado como para a família, escola e a Igreja.

Toda autoridade e suas limitações são delegadas. Nenhum governo pode reivindicar sua área de autoridade governamental como suprema. Nem pode alguma autoridade governamental validar ou invalidar outra autoridade governamental legítima. Deus é a única autoridade suprema. Ele determina a função apropriada de qualquer estrutura de autoridade legítima. Além do mais, ele estabelece as limitações dessas mesmas autoridades governamentais. Se alguma autoridade se levanta como a autoridade absoluta, ela substituiu a autoridade suprema de Deus. O apóstolo Paulo declarou isso claramente: “Não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Romanos 13:1). “Essa é uma proposição muito abrangente. Toda autoridade procede de Deus. Nenhum homem tem poder legítimo sobre outros homens, que não seja derivado de Deus. Todo poder humano é delegado e ministerial. Isso é verdadeiro de pais, magistrados e dos oficiais da Igreja” (Charles Hodge, *A Commentary on Romans*, p. 406).

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em setembro/2007.

² http://www.monergismo.com/textos/politica/origem-desenvolvimento-governo--civil_demar.pdf
http://www.monergismo.com/textos/politica/governo-ecclesiastico-civil_demar.pdf



Não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Romanos 13:1). Toda autoridade procede de Deus. Nenhum homem tem poder legítimo sobre outros homens, que não seja derivado de Deus. Todo poder humano é delegado e ministerial.

– Charles Hodge

Na área do governo civil, é crucial entender a questão da fonte e função da autoridade governamental. A autoridade de qualquer sistema de pensamento é o deus desse sistema. Se um governo nacional estabelece a vontade do povo, uma elite eleita, um tribunal, ou um indivíduo como a autoridade suprema, essa é o deus da nação. Se a fonte de autoridade é a voz do povo, então o povo é o deus dessa nação (*vox populi; vox Dei* – “A voz do povo é a voz de Deus”). Se a fonte de autoridade de uma nação é um tribunal, então o tribunal se estabeleceu como o deus dessa nação. Se não existe autoridade além do homem, o homem se tornou deus. Quando uma nação escolhe sua autoridade, ela escolheu o seu deus.

Mui freqüentemente, contudo, as pessoas decidem quem elas querem que seja a autoridade delas, ao invés de reconhecer a autoridade absoluta de Deus. Mas ao rejeitar uma autoridade, eles aceitam outra. Ou Deus é a autoridade suprema, ou o homem. “Nenhum homem pode escapar do problema da autoridade. Todo homem consciente ou inconscientemente apelará a alguma autoridade como básica e suprema para a vida. A maioria das autoridades reverenciadas pelos homens hoje são autoridades humanas: o indivíduo, o povo, os pensadores e planejadores de elite, a ciência, a razão ou o Estado; todas essas são autoridades humanistas” (R. J. Rushdoony, *Law and Liberty*, p. 32). O triste é que as pessoas escolhem essas autoridades para governá-las sem sequer perceber que quando o homem é posto como a autoridade suprema, a tirania logo aparece. O povo escolhe tais autoridades déspotas porque crêem que aqueles que governarão irão supri-los abundantemente com seus desejos. O crescimento irrestrito do governo federal em nossos dias é parcialmente o resultado dos desejos e expectativas dos cidadãos. Harold O. J. Brown disse muito bem:

A menos que controlemos nossos apetites, não poderemos controlar o nosso governo. Certamente não podemos esperar que ele se limite, pois sente nossos apetites tão fortemente que é

persuadido pelas nossas alegações de que estamos cansados de burocracia, impostos e interferência governamental. Se o objetivo último do governo é ‘fazer tudo e mudar tudo’, realmente um desafio infinito, então isso requererá um esforço infinito – de fato, impostos infinitos, documentação infinita, e interferência infinita: infinita no sentido que não haverá limites para eles, nenhum lugar onde o povo dirá, ‘Isso é claramente tudo o que queremos ou precisamos’, até que os limites de exaustão sejam alcançados. *Objetivos infinitos significa controle infinito*. E controle infinito significa liberdade zero (*The Reconstruction of the Republic*, p. 87).

Se os cidadãos não se tornam cientes da função bíblica pretendida para o governo civil, duas coisas acontecerão. Primeiro, indivíduos, famílias, igrejas e escolas deixarão de lado as suas responsabilidades ordenadas por Deus. O resultado será que o governo civil, com sua burocracia sempre crescente, tomará as responsabilidades reservadas para os cidadãos à custa da liberdade deles. Segundo, aqueles que atuam na esfera do governo civil tiranizarão e explorarão os governados, controlando suas vidas com leis que nunca pretenderam ser usadas pelas autoridades civis.

Se devemos definir os limites do governo civil, a palavra de Deus deve ser a nossa fonte. O propósito, função e autoridade do governo civil são claramente desenvolvidos nas páginas da Escritura. Nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos tem a liberdade de mudar os limites dentro dos quais o governo civil deve governar.

Sumário

“Todo poder é ordenado por Deus, e o Estado é um desses poderes. A lei do homem deve ser fundamentada na lei de Deus; a falta de lei nesse sentido é resistência a Deus. Em primeiro lugar, o governo civil é de instituição divina. Foi ordenado por Deus e é parte do reino e governo de Deus (Rm. 13:1, 2). Segundo, o governo civil foi ordenado para promover o bem ao fornecer condições para o bem-estar, punindo criminosos e prevenindo o crime. Sua função essencial é portanto justiça, ordem piedosa (Rm. 13:3, 4). Terceiro, o governo civil tem a aprovação da consciência cristã. É uma autoridade, como aquela dos pais e dos oficiais da Igreja, que foi ordenada por Deus, que é a única fonte legítima de autoridade” (R. J. Rushdoony, *Politics of Guilt and Pity*, p. 336).

Fonte: *God and Government – volume 1*,
Gary DeMar, p. 67-9 e 72.